

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.516 - AM (2019/0349315-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA CRIMINAL ESPECIALIZADA EM CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS, CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO E COMETIDOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DE MANAUS - AM**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **EM APURAÇÃO**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo **Juízo Federal da 2ª Vara Criminal Especializada em Crime de Lavagem de Capitais, Contra o Sistema Financeiro e Cometidos por Organizações Criminosas da Seção Judiciária do Estado do Amazonas**, em face do **Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal de Manaus - AM**.

Depreende-se dos autos que foi instaurado Inquérito Policial para apuração da eventual prática do delito capitulado no artigo 334 do Código Penal, diante da suposta inserção de dados falsos no SISCOMEX quando da importação de mercadorias por empresa privada.

O Juízo Estadual, com apoio no parecer ministerial, declinou da competência em favor do Juízo Federal, entendendo que a infração penal em apuração *"refere-se a possível inserção de dados falso no sistema SISCOMEX quando da importação de mercadorias por empresa privada"*, o que evidenciaria o interesse da União, vez que *"os indiciados utilizavam cadastro de despachante aduaneiro para importação de mercadorias"*. (fls. 303 - 304)

Encaminhado os autos ao Juízo Federal, este suscitou o presente conflito negativo de competência, sob o fundamento de ausência de notícia de prejuízo a bem ou interesse da arrecadação federal, consoante parecer ministerial de fls. 329 - 332, a fim de justificar o processamento e julgamento do feito

perante a Justiça Federal.

A d. Subprocuradoria-Geral da República, às fls. 349 -352, opinou no sentido de que fosse declarada a competência do Juízo Suscitado, qual seja, o **Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal de Manaus - AM**, conforme ementa que a seguir:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INSERÇÃO DE POSSÍVEIS DADOS FALSOS NO SISTEMA SISCOMEX. FATO QUE PROVOCARIA INEGÁVEL DANO E COMPROMETERIA A CREDIBILIDADE E REGULARIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA UNIÃO. TODAVIA, A ALFÂNDEGA INFORMOU QUE O DOCUMENTO É VERDADEIRO. AUSÊNCIA DE LESÃO A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO. POSSÍVEL PREJUÍZO À ARRECADAÇÃO ESTADUAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PARECER PELO CONHECIMENTO DO CONFLITO, DECIDINDO-SE PELA COMPETÊNCIA DO SUSCITADO, O JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DE MANAUS – AM."

É o relatório.

Decido.

Assiste razão à d. Subprocuradoria-Geral da República.

Em que pese os autos tenham iniciado para investigar possível inserção de dados falsos no SISCOMEX, o expediente da Alfândega da Receita Federal e Porto de Manaus (fls. 273 - 273) afastou qualquer falsificação que pudesse causar prejuízo à arrecadação tributária federal. Informou igualmente:

"No entanto, a formulação de documento falso em momento posterior ao despacho aduaneiro na importação e na saída da mercadoria do recinto, com redução do valor da mercadoria, poderia acarretar prejuízos à fiscalização estadual, no processo de arrecadação do ICMS, pois utilizam como base de cálculo o valor aduaneiro da mercadoria e impostos federais incidentes, nos termos do art. 134, V, do Decreto 20.686/99, do Governo do Estado do Amazonas" (fl. 274)

Como se vê, inexistiu prejuízo à arrecadação tributária federal, mas somente possível dano à estadual, restando assim afastada a competência da Justiça Federal, ante a inexistência de prejuízo a bens, serviços, ou interesses da União.

Nesse sentido, precedentes da corte:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL. CONTADOR ENCARREGADO DE REALIZAR PAGAMENTO DE IRPF RELATIVO À DETERMINADA CONTRIBUINTE. FALSIFICAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO MECÂNICA EM GUIA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS - DARF. POSTERIOR QUITAÇÃO DO DÉBITO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À UNIÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL.

1. Inquérito instaurado para apurar conduta em tese perpetrada por contador que, apesar de ter recebido numerário para pagamento de determinado tributo, deixou de recolhê-lo, inserindo autenticação mecânica falsa em guia de DARF, para comprovar a quitação.

2. Considerando-se que a contribuinte, após notificação da Receita Federal acerca da fraude, efetuou o recolhimento integral da exação devida, inexistente lesão a bens, serviços ou interesses da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

3. Conflito conhecido para declarar competente Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Ribeirão Preto - SP, o suscitante." (CC 103.269/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/04/2010, DJe 20/05/2010)

"CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONTADOR ENCARREGADO DE EFETUAR PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS PARA EMPRESA. FALSIFICAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO MECÂNICA EM GUIAS DE ARRECADAÇÃO. APROPRIAÇÃO DO NUMERÁRIO CORRESPONDENTE. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

- Em sede de ação penal proposta contra contador que ao efetuar o recolhimento de tributos federais, falsificava a autenticação mecânica em guias de arrecadação e se apropriava do numerário correspondente ao pagamento que dizia efetuar, deve ser reconhecida a competência da Justiça Estadual, a mingua de prejuízo para bens da União.

- Conflito conhecido. Competência do Juízo Estadual." (CC 30.308/MG, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/02/2002, DJ 18/03/2002)

Ante o exposto, conheço do conflito e declaro competente o d.

Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal de Manaus - AM, o suscitado

P. e I

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator